

A. I. Nº - 298951.0003/21-4
AUTUADO - J. GABRIELLI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.
AUTUANTE - EDIJALMA FERREIRA DOS SANTOS
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ CENTRO SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 11/10/2022

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0201-04/22-VD

EMENTA: ICMS. 1. OPERAÇÕES TRIBUTÁVEIS CONSIDERADAS COMO NÃO TRIBUTÁVEIS. 2. IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS. APLICAÇÃO DE ALÍQUOTA DIVERSA DA PREVISTA PELA LEGISLAÇÃO. Fatos não impugnados. Acusações mantidas. 3. CONTA CAIXA. SALDOS CREDORES. PRESUNÇÃO LEGAL DE OMISSÃO DE TECEITAS TRIBUTÁVEIS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Argumentos trazidos pelo sujeito passivo foram considerados insuficientes para elidir a acusação. Infração subsistente. 4. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. SUJEITO PASSIVO POR SUBSTITUIÇÃO. a) FALTA DE PAGAMENTO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. b) IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS. 5. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. a) FALTA DE PAGAMENTO. EXIGÊNCIA DE IMPOSTO. b) IMPOSTO RECOLHIDO A MENOS. 6. DOCUMENTOS FISCAIS. ARQUIVOS ELETRÔNICOS. FALTA DE APRESENTAÇÃO QUANDO REGULARMENTE INTIMADO. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Fatos não impugnados. Acusações mantidas. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Cuidam os presentes autos da exigência de crédito tributário no montante de R\$ 158.519,50, através do Auto de Infração em referência, expedido em 30/06/2021, contendo as seguintes acusações:

Infração 01 – 002.001.003: *“Deixou de recolher ICMS em razão de ter praticado operações tributáveis como não tributáveis, regularmente escrituradas, conforme demonstrativos anexos”*. Valor lançado R\$ 16.591,33, mais multa de 60% com previsão no Art. 42, inciso II, alínea “a” da Lei nº 7.014/96.

Infração 02 – 003.002.002: *“Recolheu a menor ICMS em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, conforme demonstrativos anexos”*. Valor lançado R\$ 3.211,16, mais multa de 60% com previsão no Art. 42, inciso II, alínea “a”, da Lei nº 7.014/96.

Infração 03 – 005.003.002: *“Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor de caixa conforme demonstrativos anexos”*. Valor lançado R\$ 74.818,82, mais multa de 100% com previsão no Art. 42, inciso III, da Lei nº 7.014/96.

Infração 04 – 007.001.001: *“Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições provenientes de outras unidades da Federação e/ou do exterior, conforme demonstrativos anexos”*. Valor lançado R\$ 640,15, mais multa de 60% com previsão no Art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96.

Infração 05 – 007.001.002: *“Efetuou o recolhimento a menor do ICMS por antecipação, na qualidade de sujeito passivo por substituição, referente às aquisições provenientes de outras*

unidades da Federação e/ou do exterior, conforme demonstrativos anexos”. Valor lançado R\$ 1,76, mais multa de 60% com previsão no Art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96.

Infração 06 – 007.015.001: *“Deixou de efetuar o recolhimento do ICMS por antecipação parcial, referente às aquisições provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas para fins de comercialização, conforme demonstrativos anexos*”. Valor lançado R\$ 47.519,33, mais multa de 60% com previsão no Art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96.

Infração 07 – 007.015.002: *“Recolheu a menor o ICMS antecipação parcial, referente às aquisições provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas para fins de comercialização, conforme demonstrativos anexos*”. Valor lançado R\$ 14.356,95, mais multa de 60% com previsão no Art. 42, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 7.014/96.

Infração 08 – 016.003.001: *“Deixou de apresentar Documento (s) Fiscal (s), quando regularmente intimado. Após 03 (três) intimações, não apresentou arquivos XML relativos as operações de saídas para Consumidor Final (NFC-e) e arquivos eletrônicos relativos ao SPED Contábil, do período fiscalizado*”. Multa aplicada no valor de R\$ 1.380,00 prevista no inciso XX da Lei nº 7.014/96.

O autuado, por intermédio de seu Representante Legal, ingressou com Impugnação Parcial ao lançamento, fls. 53 a 55, apresentando considerações iniciais e uma síntese dos fatos, reportando-se, em seguida, unicamente à infração 03, a qual sustentou que não merece prosperar, em razão de não ter havido saldo credor de Caixa nas competências indicadas, inexistindo, portanto, tributo a ser pago, situação esta que disse que será confirmada em diligência.

Citou que o livro Caixa é um instrumento auxiliar do registro contábil e se destina ao controle dos lançamentos exclusivos de entradas e de saída dessa conta, ou seja, são registrados, em ordem cronológica, todos os recebimentos e pagamentos em espécie, o qual, em regra, deve apresentar sempre saldo devedor.

No caso sob análise, disse que o autuante elaborou um demonstrativo de presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis, a partir da reconstituição dessa conta, tomando por base notas fiscais e demais documentos contábeis que respaldaram lançamentos em seus livros Diário e Razão que lhe foram apresentados.

Pontuou que, após a elaboração dos demonstrativos, foram apurados saldo credores na conta Caixa, nas competências de agosto/19, março/20, agosto/20, setembro/20, novembro/20 e dezembro/20, resultando em suposta omissão de receita na ordem de R\$ 338.474,80.

Frisou, no entanto, que foram cometidos equívocos na reconstituição da conta Caixa pelo autuante, porque foram contabilizados débitos feitos “a prazo” como se fossem “a vista”, sem levar em consideração a existência de compras efetuadas a prazo, acrescentando que tanto isto é verdadeiro que os livros Caixa das referidas competências estão sendo anexados aos autos, docs. 03 a 08, que comprovam a inexistência de saldos credores.

Com estes argumentos requereu a improcedência da infração 03.

O autuante apresentou a Informação Fiscal de fls. 61 a 67, onde destacou que o autuado não se referiu as infrações 01, 02, 04, 05, 06, 07 e 08, as quais considerou como mantidas.

No que diz respeito a infração 03, pontuou que para efeito de reconstituição da conta Caixa, de acordo com a mídia constante à fl. 48, se valeu de informações obtidas a partir dos sistemas corporativos da SEFAZ, tendo em vista a não apresentação pelo autuado dos livros contábeis e documentos correlatos, o que motivou a aplicação da penalidade indicada na infração 08, citando a finalidade de cada demonstrativo que elaborou, quais sejam:

Através do demonstrativo “X2” registrou todas as operações de saídas com NF-e, CT-e e NFC-e emitidos pelo autuado; no “3A” apurou o índice de proporcionalidade; através do “B1” apurou todos os desembolsos com aquisições de mercadorias, bens e serviços, levando em consideração as datas de vencimento e valores apontados nos documentos fiscais de origem; no “B2” registrou

todas as receitas de vendas, as considerou como sendo a vista; no “A1” registrou todos os pagamentos de impostos estaduais constantes no sistema INC enquanto que no “A” evidenciou a reconstituição da conta Caixa, através dos lançamentos transportados dos demais demonstrativos, salientando que não foram lançadas outras despesas, tais como folha de pagamento, aluguéis, FGTS, INSS, água, energia, dentre outras, em razão da não entrega pelo autuado, apesar de intimado nesse sentido, sendo considerados, portanto, para efeito de reconstituição da conta Caixa, apenas os valores constantes nos sistemas corporativos da SEFAZ.

Em seguida, contestou o argumento defensivo de que foram consideradas operações a prazo como sendo a vista, porém, sem apontar qualquer fato que respaldasse seu argumento.

No entanto, informou que de acordo com o “Sistema Nota Fiscal Eletrônica – Manual de Integração do Contribuinte”, conforme [link https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/nfe/Downloads/Manual_de_Orientacao_Contribuinte_v_60_0.pdf](https://portal.fazenda.sp.gov.br/servicos/nfe/Downloads/Manual_de_Orientacao_Contribuinte_v_60_0.pdf), em todo documento eletrônico existem campos específicos para indicar as formas de pagamento e de aquisição, se a vista ou a prazo, bem como, nos casos de aquisições a prazo, os dados da cobrança, tais como número das faturas, datas de vencimento, valores, etc., dados estes que foram considerados na elaboração do Demonstrativo “B1”.

Acrescentou que para corroborar essa afirmação, está juntando à presente Informação Fiscal, a título exemplificativo, os DANFES impressos nº 052.698 e 051.076, onde se pode verificar e cotejar claramente a forma de apropriação e lançamento de dados, o que evidencia a falta de fundamento do argumento defensivo, o que o levou a manter a infração 03.

Concluiu pugnando pela Procedência integral do Auto de Infração.

Registro o comparecimento à sessão de julgamento virtual realizada nesta data, do representante legal do autuado, Dr. Danilo Brito de Castro Dourado, OAB/BA nº 59.765, para fim de efetuar sustentação oral dos argumentos defensivos.

VOTO

O presente lançamento é composto por 08 (oito) acusações, entretanto o autuado se insurgiu apenas em relação a infração 03, reconhecendo o débito em relação às demais, as quais ficam mantidas.

Assim é que a infração 03 trata de *“Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de saldo credor de caixa conforme demonstrativos anexos”*, com o valor lançado de R\$ 74.818,82.

O levantamento fiscal foi efetuado em conformidade com o constante nas planilhas de fls. 29 e 39, as quais representam a reconstituição parcial da conta Caixa para o período de 01/01/2019 a 31/12/2020, além dos demais demonstrativos auxiliares elaborados pelo autuante, os quais assim foram denominados: “X2” onde constam registradas todas as operações de saídas com NF-e, CTe e NFC-e emitidos pelo autuado; “3A” onde foi apurado o índice de proporcionalidade; “B1” que indica todos os desembolsos com aquisições de mercadorias, bens e serviços, levando em consideração as datas de vencimento e valores apontados nos documentos fiscais de origem; “B2” onde foram registradas todas as receitas de vendas, as quais foram consideradas como sendo a vista; no “A1” registrou todos os pagamentos de impostos estaduais constantes no sistema INC enquanto que no “A” evidenciou a reconstituição da conta Caixa, através dos lançamentos transportados dos demais demonstrativos, tendo o autuante salientado que não foram lançadas outras despesas, tais como folha de pagamento, aluguéis, FGTS, INSS, água, energia, dentre outras, em razão da não entrega pelo autuado, apesar de intimado nesse sentido, sendo considerados, portanto, para efeito de reconstituição da conta Caixa, apenas os valores constantes nos sistemas corporativos da SEFAZ.

Tais demonstrativos foram entregues ao autuado que se insurgiu apenas em relação as aquisições de mercadorias junto a seus fornecedores que, neste ponto, argumentou a existência de operações

a prazo enquanto que o autuante as registrou como sendo a vista, entretanto nada comprovou.

Citou que não existem saldos credores e que, a título de comprovação estaria juntando aos autos os livros Caixa conforme documentos 03 a 08, porém assim não procedeu, já que nada foi trazido aos autos pelo autuado a título de comprovação dos seus argumentos. Desta maneira, não vejo como deferir a realização da diligência pleiteada pelo autuado, posto que, repito, nada foi apresentado pelo mesmo que justificasse a realização de diligência.

Apesar do autuado ter sido intimado para apresentação do arquivo SPED Contábil, não houve o atendimento por parte deste, o que inclusive motivou a aplicação de penalidade específica pela falta de atendimento do quanto solicitado através da intimação.

De acordo com a planilha de fl. 29, o levantamento fiscal envolvendo a reconstituição parcial da conta Caixa foi iniciado no mês de janeiro/2019, onde não consta saldo inicial, porém, existe a informação “Saldo inicial de Caixa – Conforme consta no livro Caixa – 0,00”, da qual o autuado teve conhecimento, porém não contestou e nem apresentou nada provando em contrário neste sentido, o que me levou a interpretar que não existia, de fato, saldo escritural registrado nessa conta em 01/01/2019.

Quanto ao argumento defensivo de que foram consideradas pelo autuante compras a prazo como sendo à vista, argumento este também sem comprovação, o autuante atestou através dos docs. de fls. 68 a 78 que tal fato não ocorreu, sendo as aquisições a prazo consideradas nas datas dos respectivos vencimentos das duplicatas.

Isto posto julgo subsistente a infração 03.

Em conclusão voto pela PROCEDÊNCIA do presente Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **298951.0003/21-4**, lavrado contra **J. GABRIELLI COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$ 157.139,50** acrescido das multas de 60% sobre R\$ 82.320,68 e de 100% sobre R\$ 74.818,82, previstas no Art. 42, incisos II “a” e “d” e III da Lei nº 7.014/96 e demais acréscimos legais, além da multa por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 1.380,00** com previsão no inciso XX do mesmo diploma legal, com os acréscimos moratórios estabelecidos pela Lei nº 9.837/05.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 05 de setembro de 2022.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE / RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - JULGADORA